



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Barcarena-PA, 09 de dezembro de 2020.

PARECER JURÍDICO DE MINUTA DE CONTRATO
PREGÃO ELETRÔNICO NO. 9-024/2020-SEMUSB

Referência: Pregão eletrônico no. 9-024/2020/CPL-SEMUSB;
Interessado: Secretaria Municipal de Saúde.
Objeto: Registro de Preços para eventual e futura aquisição de kits de testes rápidos tipo IGG e IGM, para diagnóstico de pacientes com sintomas de covid-19, no município de Barcarena, estado do Pará, conforme especificações constantes no termo de referência e demais anexos.

Por força do disposto no art. 38 da lei n.º 8.666/93, foi remetido a esta Assessoria Jurídica, para análise e emissão de parecer jurídico sobre a legalidade do PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO NO. 260/2020, quanto a MINUTA DE CONTRATO NO. 20201321, oriundo do PREGÃO ELETRÔNICO NO. 9-024/2020, devidamente instruídos com documentos.

DOS FATOS E FUNDAMENTAÇÃO JURIDICA

Pretende a Secretaria Municipal de Saúde o Registro de Preços para eventual e futura aquisição de kits de testes rápidos tipo IGG e IGM, para diagnóstico de pacientes com sintomas de covid-19, no município de Barcarena, estado do Pará, conforme especificações constantes no termo de referência e demais anexos; **a fim** de dar continuidade aos serviços obrigacionais da Administração Pública, observados os PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, EFICIÊNCIA E CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, os quais possuem como objetivo o verdadeiro controle social das ações executadas pela Administração Pública.

Assim, verifica-se em **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO NO. 260/2020, quanto a MINUTA DE CONTRATO NO. 20201321, oriundo do PREGÃO ELETRÔNICO NO. 9-024/2020**; contratante Secretaria de Saúde do Município de Barcarena-PA com a empresa contratada PMH PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

00.740.696/0001-92, cujo valor global de R\$ 54.540,00 (cinquenta e quatro mil e quinhentos e quarenta reais).

Com isso, após análise de todas as minutas contratuais, verificou-se a total satisfação legal de todos os procedimentos necessários, nos termos das seguintes legislações: CF/88, art. 22, XXVII, art. 37, XXI, art. 175 e 195 §3º; artigo 54 e seguintes da Lei 8.666/93; Legislação Federal do Pregão - Lei 10.520/02; Decreto Federal 3.555/00; Decreto Federal 5450/05; Decreto Federal 5504/05; e Lei Complementar nº123/06 e Decreto Municipal de Barcarena no. 1216/2017-GPMB.

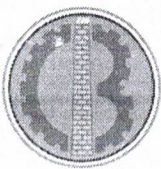
E, observa-se ainda que os termos constantes em cláusulas na minuta de contrato administrativo, estão sintonizados com as regras previstas pelo art. 54 e seguintes da Lei nº 8.666/93. Pois, prevê as cláusulas contratuais na seguinte forma: objeto; vigência, preço, dotação orçamentaria, pagamento, reajustes e alterações, entrega e recebimento, gestão e fiscalização, obrigações da contratada, obrigações da contratante, sanções administrativas, rescisão, vedações, casos omissos, foro competente, dentre outras.

Desta forma, conseqüentemente, entendemos que a minuta do contrato contém todas as exigências previstas na legislação.

DA RECOMENDAÇÃO

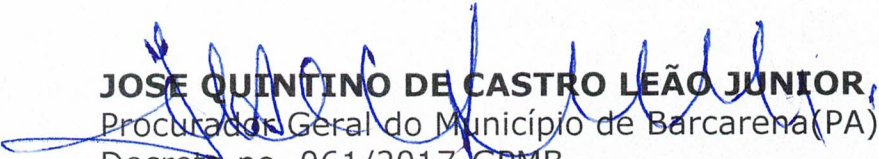
Isto posto, em razão de estar totalmente satisfeito os procedimentos do processo licitatório acima mencionado, o qual encontra-se formalmente em ordem, com a devida observância das regras contidas no Diploma Licitacional, bem como estando justificada a legalidade do procedimento para a Registro de Preços para eventual e futura aquisição de kits de testes rápidos tipo IGG e IGM, para diagnóstico de pacientes com sintomas de covid-19, no município de Barcarena, estado do Pará, conforme especificações constantes no termo de referência e demais anexos; constatando-se, ainda, que o preço ofertado está compatível com o mercado, **opino favoravelmente pelo PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO NO. 260/2020, quanto a MINUTA DE CONTRATO NO. 20201321, oriundo do PREGÃO ELETRÔNICO NO. 9-024/2020,** em tudo obedecido o disposto na Lei nº 8.666/93.

Derradeiramente, anoto que está o presente processo condicionado a análise, apreciação e aprovação da autoridade superior.



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

É o parecer. s.m.j.


JOSE QUINTINO DE CASTRO LEÃO JUNIOR,
Procurador Geral do Município de Barcarena (PA)
Decreto no. 061/2017-GPMB

José Quintino de C. Leão Júnior
Procurador Geral do Município
Decreto Nº 0061/2017 - GPMB